

## **XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã**

**Tema central:  
Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes  
colaborativas no contexto da pandemia**

**22 a 24 de junho de 2021, online**

### **Iniciativa e Realização**

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,  
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**  
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – **FAAC**  
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

---

## **RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

---

### **Literacias para a cidadania: relato de uma proposta com foco na promoção dos direitos humanos no ambiente universitário<sup>1</sup>**

Gisela Grangeiro da Silva Castro<sup>2</sup>  
Adriana Lima de Oliveira<sup>3</sup>  
Rosa Alexandra R. Fonseca<sup>4</sup>  
PPGCOM ESPM-SP

#### **Resumo**

A centralidade dos processos de comunicação e das práticas de consumo na atualidade pressupõe habilidades e competências que nos são exigidas para que possamos ler, interpretar e intervir em um ecossistema midiático e informacional altamente complexo e generalizado. Diante deste cenário, discutimos neste trabalho as estratégias de literacias para a cidadania como forma de promover os direitos humanos no ambiente universitário. A partir das iniciativas do Comitê ESPM de Direitos Humanos, discorreremos sobre três experiências às quais foram incorporadas estratégias de literacia digital e midiática em um esforço tanto em sua elaboração teórica quanto ao serem difundidas por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 1 – Meios e processos de comunicação para a cidadania da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação social.

<sup>2</sup> Professora Titular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM, São Paulo. Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), com pós-doutorado em Sociologia (Goldsmiths College, University of London). Coordenadora do Comitê ESPM de Direitos Humanos. E-mail: castro.gisela@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo na ESPM, São Paulo, com período de estágio sanduíche no CIC-Digital, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, bolsista CAPES Prosup. Representante Discente do Comitê ESPM de Direitos Humanos. E-mail: publicidade.dri@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo na ESPM, São Paulo. Bolsista do Comitê ESPM de Direitos Humanos. E-mail: rosaalexandrafonseca@gmail.com

meio de atividades práticas. Eixos centrais na configuração de propostas concretas de intervenção para educação cidadã, entendemos que as literacias podem fomentar o exercício de uma cidadania participativa e esclarecida, em sintonia com os direitos humanos.

**Palavras-chave:** comunicação; cidadania; direitos humanos; literacias.

### **Considerações Iniciais**

Por literacia entende-se aqui uma capacidade de ler e agir no mundo que contempla pelo menos três dimensões: (i) uma leitura do mundo além da estrita alfabetização, com ênfase na alfabetização midiática e digital; (ii) a capacidade de imaginar, projetar e construir novos modelos mentais e (iii) o desenvolvimento de competências essenciais ao pleno exercício da cidadania diante da complexidade do contemporâneo, tais como: o pensamento crítico, a criatividade, a iniciativa, resolução de problemas, a gestão das emoções e a avaliação de riscos (Cunha, 2021). Tendo em vista a centralidade dos processos de comunicação e das práticas de consumo na atualidade, ler o mundo passaria, inequivocamente, pela capacidade de ler criticamente os *media*, sendo premente levar em consideração a crescente presença dos ambientes digitais e suas linguagens, formatos e dinâmicas de produção e consumo.

Se a centralidade dos *media*, com ênfase aos meios digitais, já era uma questão relevante, a pandemia por coronavírus aprofundaria a influência das redes sociotécnicas na vida privada, social e profissional. A maioria dos que tiveram a chance de ficar em casa para se proteger do vírus vive em um ambiente digital característico onde as atividades da vida pessoal, laboral e acadêmica acontecem simultânea e incessantemente, mediadas por ambientes digitais, com menos espaço para o descanso, a reflexão e o encontro com a alteridade. Tal contexto exige participação ativa e conhecimento dos mecanismos informacionais que influenciam escolhas políticas e sociais para exercício da cidadania.

Diante deste cenário, visamos neste relato focar o desenvolvimento de estratégias de literacia para a cidadania com foco nos direitos humanos. A escolha do tema deve-se, em parte, ao fato das autoras serem integrantes no Comitê ESPM de Direitos Humanos<sup>5</sup> – cuja atuação explicaremos a seguir. Entendemos, sobretudo, que a escolha deste tema se justifica pela importância dos direitos humanos para o exercício da plena cidadania, com base em uma compreensão de que promover os direitos humanos colaboraria para o fortalecimento do espírito crítico e cidadão em diversos campos, tais como a educação de qualidade, a promoção do trabalho justo, a sustentabilidade socioambiental, os ideais democráticos, a luta por instituições mais transparentes etc.

---

<sup>5</sup> Site: [www.espm.br/a-espm/comite-espm-de-direitos-humanos](http://www.espm.br/a-espm/comite-espm-de-direitos-humanos) - Acesso em: 14.05.2021

Direitos humanos são definidos como direitos inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião, geração ou qualquer outra condição singular. Trabalhar em prol das literacias para a cidadania no âmbito dos direitos humanos visa trazer reflexões e esclarecimentos necessários para construirmos uma visão dos direitos humanos para além do senso comum de que dentro desta rubrica somente seriam atendidos os direitos dos encarcerados, ou outras deturpações que os mecanismos de desinformação vigentes não cessam de fomentar.

Em um contexto em que as potencialidades humanas são confrontadas com um vírus letal e certas ações ou omissões do Estatais e institucionais parecem atentar contra a dignidade humana, faz-se ainda mais necessário promover a compreensão dos direitos humanos, com base em literacias para a cidadania, com vistas à educação cidadã.

### **O Comitê ESPM de Direitos Humanos**

O Comitê ESPM de Direitos Humanos surgiu no final de 2017 como decorrência de uma iniciativa do então Governo Federal brasileiro denominada Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos. Por meio do Pacto, centenas de instituições de educação superior em todo Brasil, assim como a ESPM<sup>6</sup>, se comprometiam em reportar ações desenvolvidas no âmbito universitário que contribuíssem, de alguma maneira, para a promoção dos direitos humanos.

A princípio, o Comitê foi constituído para mapear as iniciativas desenvolvidas nos três campus da Escola (nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre) e promover sua divulgação de forma unificada no âmbito interno e externo, para diferentes públicos: funcionários (docentes e administrativos), alunos, comunidade acadêmica, mercado e comunidade do entorno das unidades da escola. Foi criado um canal online, aberto à sociedade, para dar visibilidade às ações desenvolvidas na ESPM denominado Observatório ESPM de Direitos Humanos<sup>7</sup>. Logo no primeiro ano do Comitê, cerca de 200 iniciativas foram inventariadas e classificadas, na época, em 4 eixos de atuação: (i) produções acadêmicas – tais como: livros, estudos e artigos científicos publicados, projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão e curso, reportagens, documentários, fotojornalismo, *podcasts*, revistas, sites e outras plataformas on-line, desafios e premiações; (ii) ações de reflexão e debate – tais como: disciplinas e cursos oferecidos, palestras, ciclo de debates, entrevistas, eventos, mostras de cinema, simpósios etc.; (iii) programas de gestão – tais como: programas pedagógicos, programas socioambientais, programas de diálogo, diversidade e inclusão, parcerias estratégicas e fomento contínuo para ampliação do debate e promoção dos direitos humanos e (iv) ações e proje-

---

<sup>6</sup> Site da ESPM: [www.espm.br](http://www.espm.br) – Acesso em: 14.05.2021

<sup>7</sup> Site do Observatório de Direitos Humanos: <https://direitoshumanos.espm.br> - Acesso em: 14.05.2021.

tos sociais – tais como o projeto Livro Livre<sup>8</sup>, as ações e projetos desenvolvidos pela ESPM Social São Paulo, ESPM Social Rio de Janeiro e Porto Alegre e outras ações pontuais desenvolvidas por iniciativa de alunos e funcionários da ESPM.

Em decorrência da mudança de governo, a iniciativa pública do Pacto foi desativada no final de 2018<sup>9</sup>. No entanto, a Pró-reitora de Pesquisa *Stricto Sensu* da ESPM decidiu por dar continuidade às atividades do Comitê e ampliou seu campo de atuação. Os envolvidos no trabalho passaram a dedicar-se menos à contabilização das atividades e mais a criar e manter processos e estruturas em que pudessem compartilhar ações, projetos, indicadores, registros e aprendizados. Assim, o Comitê passou a centrar-se no seguinte tripé: (i) integrar e promover frentes de atuação focadas na responsabilidade socioambiental corporativa; (ii) fomentar parcerias entre unidades, departamentos e instâncias da ESPM voltadas à educação para a cidadania e (iii) implementar o desenvolvimento de propostas com impacto social, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>10</sup>, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030<sup>11</sup>.

Para reforçar esse projeto, acreditamos ser oportuno incorporar estratégias de literacia para a cidadania com foco nos direitos humanos. Esse reforço, tanto em sua elaboração teórica quanto difundido por meio de atividades práticas, se estabeleceria de forma convergente: de um lado auxiliando no mapeamento das atividades - seleção, avaliação e fomento - desenvolvidas no âmbito do Comitê ESPM de Direitos Humanos e, de outro lado, na criação, desenvolvimento e oferta de um conjunto de materiais e práticas de apoio à literacia para a cidadania com ênfase nos direitos humanos voltados para diferentes públicos de relacionamento da ESPM.

### **Apontamos para o desenvolvimento de literacias para a cidadania com foco nos direitos humanos**

Uma das dificuldades enfrentadas pelo Comitê ESPM de Direitos Humanos está no fato de diversos públicos de interlocução – como professores, funcionários administrativos da Escola e alunos - não terem amplo conhecimento sobre o que envolve o tema dos direitos humanos. Neste sentido, parece-nos pertinente colocar em questão, dentre outros fatores, as formas parciais, preconceituosas e equivocadas como o tema é por vezes abordado nos *media*. Assim sendo, entendemos as estratégias de literacia como instrumentos por meio dos quais se poderia promover melhor compreensão e engajamento na promoção e respeito aos direitos humanos. Como parte deste relato, selecionamos três iniciativas de promoção dos direitos humanos já em andamento no âmbito do Comitê

---

<sup>8</sup> Projeto Livro Livre ESPM: <https://direitoshumanos.espm.br/projetos-sociais/livre-livre> - Acesso em: 14.05.2021.

<sup>9</sup> Vide <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/mec-abandona-pacto-de-direitos-humanos-que-envolve-333-instituicoes-de-ensino-superior.shtml>

<sup>10</sup> Texto na íntegra em: [www.agenda2030.org.br/ods/4](http://www.agenda2030.org.br/ods/4) - Acesso em 14.05.2021.

<sup>11</sup> Informações em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> - Acesso em: 14.05.2021

para em seguida propor alguns desdobramentos com base em estratégias de literacia para a cidadania:

- **Podcast 2 e 2 são 3?**<sup>12</sup> – o podcast do Comitê ESPM de Direitos Humanos foi criado em 2019 como parte das comemorações pelos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), com o objetivo de promover o debate sobre cada um dos seus trinta artigos a partir de uma abordagem contextual. O conteúdo é público, gratuito e pode ser utilizado como material complementar em salas de aulas ou quaisquer atividades educativas no âmbito do ensino superior, médio ou comunitário.
- **Coleção Otavio Roth no Acervo ESPM**<sup>13</sup> - no final de 2019, foi incorporada ao acervo de arte da ESPM uma série de 30 *crayons* do artista plástico Otavio Roth (1952-1993), que foi aluno e professor da ESPM. Graduou-se em Publicidade e Propaganda na ESPM (São Paulo) e em Artes Gráficas na Hornsey College of Arts (Londres). Produziu a primeira versão ilustrada da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) que, desde 1981, está em exposição permanente nas sedes da ONU em Nova Iorque, Genebra e Viena, bem como na sede da Anistia Internacional em Oslo. Nos anos de 1980, seu trabalho ilustrou uma obra literária em parceria com a escritora Ruth Rocha, ampliando a discussão sobre os direitos humanos para o público infanto-juvenil. A coleção Otávio Roth no Acervo ESPM conta com outras produções do artista cedidas por sua filha, Isabel Roth, entre cartazes, postais e livretos elaborados a partir de diferentes técnicas e linguagens gráficas e visuais. Para o futuro, planeja-se a digitalização e catalogação do Acervo com vistas a disponibilizar o material para pesquisadores e comunidade.
- **Aulas sobre direitos humanos** – ao longo de 2019, a Profa. Dra. Gisela G. S. Castro, no papel de coordenadora do Comitê ESPM de Direitos Humanos, foi convidada por alguns professores de cursos de graduação para realizar aulas pontuais sobre direitos humanos, enfatizando as relações entre esse tema e o exercício da cidadania. Apesar de configurarem como iniciativas pontuais e de oportunidade, destacamos seu potencial multiplicador no sentido de ampliar o repertório dos docentes, sensibilizar futuros profissionais de comunicação social e negócios para o respeito aos direitos humanos como parte das iniciativas de responsabilidade socioambiental corporativa, além de caminhar para inclusão dessa temática nos programas de diversas disciplinas dos vários cursos da ESPM.

---

<sup>12</sup> Podcast disponível nas plataformas Anchor <https://anchor.fm/2e2sao3> e Spotify: <https://open.spotify.com/show/5p1bIRZeCnKNwh5ROri529?si=d9HFTFMXSIOjOcp5b-uiBw>

<sup>13</sup> Mais informações em: <https://direitoshumanos.espm.br/producao-de-conhecimento/xilogravuras-da-declaracao-universal-de-direitos-humanos> - Acesso em: 14.05.2021

Uma vez detalhadas essas três atividades em curso, apresentamos a seguir propostas para seu desdobramento e ampliação, com base em princípios de literacia:

- **Podcast 2 e 2 são 3?** – em complemento aos episódios previstos para este podcast do Comitê ESPM DH com pesquisadores e professores abordando o contexto de surgimento da DUDH e os 30 artigos que a compõem, propomos uma nova temporada como um possível projeto de extensão universitária. produzida com participação dos alunos de graduação e pós-graduação da ESPM. A cada episódio, uma peça de comunicação social ou um conjunto delas (filmes de longa, média ou curta metragens, músicas, fotos e coberturas jornalísticas, anúncios publicitários, séries e programas de rádio ou TV, novelas, revistas, discursos públicos etc.) seria discutida pelos discentes com base em pesquisa sobre direitos humanos, suas vivências e observações. O público almejado seriam outros estudantes universitários brasileiros. Acreditamos que o processo de facção dos episódios (pesquisa, roteiro etc.), serviria como instrumento de alfabetização midiática e digital, de empoderamento (tomado aqui no sentido de desenvolvimento de competências) e projeção de mundos possíveis entre os envolvidos, com potencial de multiplicar-se junto a seus grupos de contato configurando-se, assim, no âmbito das estratégias de literacia para a cidadania com foco nos direitos humanos.
- **Coleção Octavio Roth no Acervo ESPM** – além da proposta do Comitê ESPM de Direitos Humanos de digitalizar a coleção e transformá-la em exposição virtual, propomos que o acervo físico seja aberto a visitação e que se programem exposições itinerantes por faculdades, colégios secundaristas e ONGs do entorno das unidades da ESPM quando se puder novamente transitar livremente pelo espaço urbano, em um futuro pós-pandemia que certamente havemos de vislumbrar. Na exposição, alunos das agências de voluntariado da ESPM (ESPM Social São Paulo, ESPM Social Rio e ESPM Social Porto Alegre) seriam convidados a atuar como guias, oferecendo informações e questões para reflexão dos visitantes (presencialmente e/ou por meio de *audioguides* a serem produzidos e disponibilizados na exposição virtual), além de propor e conduzir oficinas e colaborar na divulgação das exposições. Além de mais uma oportunidade de alfabetização e mobilização para os alunos de graduação da ESPM, a iniciativa ampliaria o debate sobre cidadania e direitos humanos para além das paredes da Escola.
- **Aulas sobre direitos humanos** – a proposta é estruturar uma oferta consistente de aulas e *workshops* sobre essa temática como atividade complementar para discentes e docentes da ESPM. Um caminho proposto é preparar um *workshop* especial para a Academia dos Professores, um ciclo de eventos voltados para a formação continuada dos docentes de gradua-

ção e pós-graduação da ESPM, que seria utilizado para disseminar conceituais e ferramentas em literacia e em direitos humanos, com vistas ao desenvolvimento da temática no âmbito das mais diversas disciplinas. A partir dessa experiência poderá ser possível formatar uma formação básica para professores como multiplicadores, a ser disponibilizada no calendário regular do Núcleo de Inovação Pedagógica (NIP). Outra oportunidade é a estruturação de aulas complementares sobre direitos humanos e responsabilidade socioambiental corporativa a serem disponibilizadas pela Diretoria de Educação Continuada vinculada à pós-graduação *lato-sensu* da ESPM. Em mais longo prazo, seria factível cogitar na criação de eventos temáticos com a participação de personalidades envolvidas com a promoção e defesa da diversidade, da cultura da paz e dos direitos humanos.

No conjunto das propostas, visa-se mobilizar três públicos privilegiados sob o ponto de vista da capacidade multiplicadora: 1) jovens estudantes de graduação em comunicação social e negócios, que constituiriam uma massa crítica no consumo e repasse de informações midiáticas; 2) professores universitários, que poderiam aplicar conhecimentos em literacias e em direitos humanos em diversas atividades educacionais; e 3) alunos da educação continuada, que geralmente são empresários, gestores e profissionais técnicos e poderiam qualificar o debate sobre direitos humanos na contexto empresarial.

Houve o cuidado de pensar em iniciativas que pudessem ser ao menos iniciadas, planejadas ou divulgadas durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia. Esperamos que tais iniciativas venham a ensejar a participação ativa e democrática na sociedade midiática e informacional, bem como a conscientização sobre as responsabilidades éticas que envolvem o respeito à diversidade, o incentivo ao diálogo e à convivência cidadã conforme as estratégias para uma alfabetização midiática e informacional visando a promoção da cidadania, com foco nos direitos humanos.

## **Considerações Finais**

Em linha com o que trata Macedo (2005), a discussão aberta pela rápida transformação do papel dos *media* na sociedade contemporânea, considerados como “quarto poder”, permitiu o endosso entre vários especialistas nesta matéria à proposta de constituição de um “quinto poder”: o poder dos cidadãos. Este implica o exercício de uma cidadania participativa e esclarecida, conducente à transformação e aprimoramento constante da sociedade democrática. Esse quinto poder, conforme orientam os estudiosos, deve englobar “três questões essenciais, sob pena de criar um novo poder de elite, só para aqueles que estão esclarecidos e capacitados para uma efetiva participação, remetendo, deste novo, para novas formas de exclusão” (Macedo, 2005, p. 334). A primeira

questão remete à discussão sobre os sentidos da cidadania, a segunda remete ao exercício da cidadania na sociedade contemporânea e, por fim, mas não menos importante, trata das estratégias de capacitação dos cidadãos para a participação cidadã em ambientes democráticos. Acreditamos que para alcançar tais objetivos as literacias em direitos humanos possam servir como aliadas na configuração de propostas concretas de intervenção educativa e/ou formativa.

Entendemos que as iniciativas apresentadas neste relato, sejam aquelas já desenvolvidas pelo Comitê ESPM de Direitos Humanos ou as novas possibilidades aqui delineadas que utilizam estratégias de literacia para a cidadania como proposta de alfabetização, empoderamento e projeção de novos modelos mentais fundados nas perspectivas dos direitos humanos, possam gerar materiais (podcasts, *guides*, oficinas, aulas etc.) para orientar trabalhos em diferentes instâncias da ESPM, assim como servir de inspiração a outros atores e se desdobrar em novas estratégias de literacia para fomentar o exercício de uma cidadania plena, ativa e quiçá transformadora, tão necessária nesses conflituados tempos em que vivemos.

### **Referências bibliográficas:**

COMITÊ ESPM de DIREITOS HUMANOS. *Página institucional*. Disponível em: <https://www.espm.br/a-espm/comite-espm-de-direitos-humanos>. Acesso em: 14.05.2021.

CUNHA, I. F. (2021). Seminário Internacional *Literacias para a cidadania global*. São Paulo: PPGCOM ESPM, Anotações de aulas.

FREIRE, P. et tal. *Direitos humanos e educação libertadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019

GRIZZLE, A; et al. (2016). *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. UNESCO.

MACEDO, L. (2005). Educação e literacia para os media na promoção da cidadania. In *Livro de Actas 4o Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, 4o SOPCOM, Aveiro, Comissão Editorial da Universidade de Aveiro.

ONU Brasil. *Página institucional*. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14.05.2021.

THE OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. (UN Human Rights). *Página institucional*. Disponível em: [www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por). Acesso em: 14.05.2021.

ZACCHETTI, M. (2011), “Literacia mediática: uma abordagem europeia”, comunicação apresentada ao *Congresso Literacia, Media e Cidadania*, Braga.